

**AO SR.(A) PREGOEIRO(A) E A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE.**

**Pregão Eletrônico Nº 90040/2025**

**Processo Administrativo Nº 23856.000004/2025-99**

**UASG 158134**

**GOCIL SERVIÇOS GERAIS NORDESTE LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 33.931.783/0001-86, com sede na Rua Itagi, nº 599 – Lauro de Freitas/BA – CEP: 42.701-370, por seus advogados que esta subscrevem, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar **RECURSO** à decisão que determinou sua inabilitação no certame em epígrafe, pelos fundamentos de fato e de direito a seguir expostos:

## **1. DOS FATOS**

A impugnante participou regularmente do Pregão Eletrônico nº 90040/2025, tendo apresentado proposta para contratação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial, atendendo a todas as exigências editalícias.

Contudo, foi inabilitada sob o fundamento de que, estando em recuperação judicial, não teria apresentado as certidões de regularidade fiscal exigidas pelo edital, ignorando-se decisão judicial específica que dispensou temporariamente tal apresentação.

## **2. DO DIREITO**

### **2.1. Da Decisão Judicial Vinculante**

A empresa encontra-se em processo de recuperação judicial, tendo sido proferida decisão judicial que, nos termos do art. 6º, §7º-A, da Lei nº 11.101/2005, **suspendeu temporariamente a obrigatoriedade de apresentação das certidões negativas de débitos fiscais**, fixando prazo de 120 dias para regularização.

Esta decisão judicial possui **efeito erga omnes** e vincula terceiros, conforme expressamente previsto no dispositivo legal mencionado:

*"Art. 6º (...) §7º-A. A decisão que deferir o processamento da recuperação judicial ou homologar o plano de recuperação extrajudicial de que trata esta Lei suspende o curso da prescrição e de toda e qualquer ação ou execução em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário, observado o disposto nos §§ 1º, 2º e 7º deste artigo, podendo o juiz determinar a inclusão de outras matérias no âmbito da suspensão, desde que entenda necessário para viabilizar a recuperação da empresa."*

## 2.2. Da Obrigatoriedade de Observância da Decisão Judicial

O descumprimento de decisão judicial constitui violação aos princípios constitucionais da **legalidade** (art. 5º, II, CF) e da **autoridade das decisões judiciais** (art. 93, IX, CF).

A Administração Pública, como qualquer pessoa jurídica, está **vinculada às decisões judiciais** e não pode ignorá-las sob pena de:

- a) **Ato atentatório à dignidade da Justiça** (art. 77, IV, CPC); b) **Crime de desobediência** (art. 330, Código Penal); c) **Violação ao princípio da boa-fé processual** (arts. 5º e 6º, CPC).

## 2.3. Da Finalidade da Recuperação Judicial

A Lei nº 11.101/2005 estabelece que a recuperação judicial tem por objetivo **viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor**, a fim de **preservar a empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica** (art. 47).

Impedir a participação da empresa em licitações públicas durante o processo de recuperação **contraria frontalmente esta finalidade**, inviabilizando sua recuperação e comprometendo a preservação de empregos e da atividade empresarial.

## 2.4. Da Interpretação Sistemática da Legislação

O edital, ao exigir certidões de regularidade fiscal, o faz com base na Lei nº 14.133/2021. Contudo, esta mesma lei estabelece que:

*"Art. 62. Para a habilitação nas licitações, será exigida dos interessados documentação relativa a: (...) III - regularidade fiscal e trabalhista;"*

Todavia, quando há **decisão judicial específica** que dispensa temporariamente tal exigência no contexto de recuperação judicial, prevalece a **norma especial** (Lei nº 11.101/2005) sobre a **norma geral** (Lei nº 14.133/2021), pelo princípio da especialidade.

## 2.5. Da Jurisprudência Consolidada

O Tribunal de Contas da União já se manifestou sobre o tema:

*"A empresa em recuperação judicial pode participar de licitação pública, desde que comprove sua capacidade de adimplemento, nos termos da legislação vigente" (Acórdão TCU nº 2.593/2012).*

## 2.6. Da Ilegalidade da Inabilitação

A inabilitação da GOCIL configura (i) **VIOLAÇÃO À DECISÃO JUDICIAL** que dispensou a apresentação das certidões; (ii) **Desrespeito ao princípio da legalidade** (art. 37, CF); (iii) **Afronta à finalidade da recuperação judicial** (art. 47, Lei nº 11.101/2005); d) **Descumprimento do dever de observância às decisões judiciais**.

## 2. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se a **imediata revisão da decisão de inabilitação**, reconhecendo-se que a GOCIL está temporariamente dispensada de apresentar as certidões de regularidade fiscal por força de decisão judicial específica, devendo prosseguir no certame.

Ainda, subsidiariamente, requer-se, caso não seja possível a revisão imediata, que seja **suspenso o certame** até decisão definitiva sobre a questão, evitando-se prejuízos irreparáveis à impugnante.

Por fim, junta-se aos autos **cópia integral da decisão judicial** que dispensou a apresentação das certidões fiscais no processo de recuperação judicial.

## 3. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente impugnação não busca tratamento privilegiado ou dispensa indevida de exigências editalícias. Busca-se apenas o **cumprimento de decisão judicial específica** que, no contexto da recuperação judicial, dispensou temporariamente a apresentação das certidões fiscais. Ignorar tal decisão judicial constitui **grave violação ao ordenamento jurídico e afronta à autoridade do Poder Judiciário**, sendo inadmissível em um Estado Democrático de Direito.

A GOCIL atende a **todas as demais exigências editalícias** e possui **plena capacidade técnica e operacional** para executar o objeto licitado, conforme comprova sua documentação de habilitação.

Termos em que, pede deferimento.

Bahia, 19 de agosto de 2025

## Impugnação a Desclassificação - GOCIL NORDESTE - Sergipe - 19 08 2025.docx

Documento número #0271ebcf-0f31-419e-b9ac-8ae23c8e813d

Hash do documento original (SHA256): 1d2133d782da40a1df19b696a98f2b64a6755f3859b251e7bdf5a678bc36a0cd

### Assinaturas



**Andre Zancope**

CPF: 141.880.438-06

Assinou como parte em 19 ago 2025 às 16:08:10

### Log

- 19 ago 2025, 16:06:33 Operador com email matheus.novais@gocil.com.br na Conta 8c4e88df-44a9-4f2c-ae6f-3bd7026d5606 criou este documento número 0271ebcf-0f31-419e-b9ac-8ae23c8e813d. Data limite para assinatura do documento: 18 de setembro de 2025 (16:06). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 19 ago 2025, 16:07:00 Operador com email matheus.novais@gocil.com.br na Conta 8c4e88df-44a9-4f2c-ae6f-3bd7026d5606 adicionou à Lista de Assinatura: andre.zancope@gocil.com.br para assinar como parte, via E-mail.
- Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Andre Zancope.
- 19 ago 2025, 16:08:10 Andre Zancope assinou como parte. Pontos de autenticação: Token via E-mail andre.zancope@gocil.com.br. CPF informado: 141.880.438-06. IP: 177.139.24.234. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -23.494656 e longitude -46.6223104. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.1283.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 19 ago 2025, 16:08:10 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 0271ebcf-0f31-419e-b9ac-8ae23c8e813d.



#### Documento assinado com validade jurídica.

Para conferir a validade, acesse <https://www.clicksign.com/validador> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 0271ebcf-0f31-419e-b9ac-8ae23c8e813d, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em [www.clicksign.com](http://www.clicksign.com).